

## As Cruzadas na actualidade

### 1. Um encontro com Godofredo de Bulhão

Foi há muito tempo. Não me refiro às Cruzadas, claro está, mas sim ao meu encontro com **Godofredo de Bulhão**. Aconteceu há muito tempo, segundo a medida convencional confiada aos cronómetros. Mas vou contar como tudo se passou. Estava em Bruxelas e acabava de percorrer a branca “*Rue Royale*”, quando, chegado à Praça do mesmo nome e igual colorido, deparei com a imagem do fundador do Reino Latino de Jerusalém. Era ele mesmo, não havia dúvida, erguido na imponência do seu ginete e da sua pesada armadura, empunhando um estandarte. Comecei por encolher-me, na insignificância de peão, ainda mais limitado por uma craveira de pouco mais de metro e meio. Depois, porém, empertiguei-me, na jactância de um lusíada que, ainda por cima, era bacharel em leis, cumprira o serviço militar, estava quite com a Fazenda Nacional e não tinha de sentir-se diminuído em terras da Flandres. Já sabia da existência de **Godofredo de Bulhão**, pois desde menino fora tocado pelo vício das leituras, com marcada preferência pelas narrativas históricas e alguma aversão dos códigos, quando mal redigidos. Ergui o olhar, nem sei se com desajustada petulância. E, quando já receava severa punição do desaforo, aquele príncipe, guerreiro e severo, abriu-me o semblante, em jeito de compreensão e incitamento. Não me senti rejeitado por ele, nem dele apartado. Fosse pelo desnível hierárquico ou pelo decurso dos séculos. Éramos ambos cristãos, na filiação comum do mesmo Deus. A rasgada abertura do seu parecer era insofismável. A nossa irmandade fora reconhecida por aquele **Duque da Baixa Lorena** que quisera estender a República Cristã para Oriente, ainda antes dos Portugueses a terem alargado para além dos mares. Era mesmo ele, aquele que, segundo crónica já posta em dúvida por lendária, tendo fundado o Reino Latino de Jerusalém, se afirmara apenas Defensor do Santo Sepulcro (*Advocatus Sancti Sepulchri*) porque recusara cingir uma coroa de ouro onde Cristo a tivera de espinhos. Atraíu-me a imagem; e a evocação, fosse lendária ou não, fez-me meditar. A ligação momentânea ali estabelecida convenceu-me da coexistência no tempo. Entre o mavórtico **Godofredo** e eu, frequentador de carreiras de tiro nas horas vagas, o passado e o presente tinham-se aproximado, ou tinham-se esbatido. Afinal, as Cruzadas seriam igualmente do meu tempo. E o meu tempo precisava das Cruzadas, pois, conforme ainda há poucos dias afirmou o Santo Padre, é muito importante que, naquilo que sabemos de ontem, entendamos o hoje ( Encontro de Friburgo de 24 de Setembro de 2011).

### 2. O tempo, o espaço e a demanda intemporal da beleza eterna

Aquele encontro de Bruxelas, ainda que quase esquecido, aliado a conhecimentos que fui acumulando, facultou-me o entendimento da flagrante actualidade das Cruzadas. Entretanto, debruçando-me sobre **Santo Agostinho**, acabei por convencer-me de que a ideia de tempo não tem cabimento para o espírito empenhado na descoberta, e na posse, de uma beleza eterna, absoluta, que terá sido negada aos homens mas eles, em todas as épocas e latitudes, se esforçam por captar, numa ambição tenaz. Porque ainda quando chapinham em pântanos, ou mergulham em lamaçais, os homens raramente deixam de fitar as estrelas, em cuja contemplação vislumbram o absoluto da beleza integral. Por vezes, seguindo **Prometeu**, na convicção falaciosa de que a beleza eterna se acha na sabedoria dos deuses, quando se trata de coisa muito diversa, de um complexo de amor benevolente que encerra todas as aspirações de perfeição. Porque, correspondendo embora à inteira harmonia estética, a beleza eterna tem de ser muito mais ainda. É

também verdade, bondade e justiça. A não ser que o universo axiológico se reconduza ao justo, à justiça, posto que esta, por si, já abrange a verdade, a bondade e a harmonia estética. Não há justiça má, nem justiça falsa. Nem torta, torcida, retorcida. Por isso, ao instrumento da justiça coube o nome de direito, o qual, por essência e definição, não pode ser torto. E os cavaleiros-andantes que corriam mundo, no propósito de corrigir injustiças, foram designados, em língua francesa, pela expressão de “*redresseurs de torts*”. Cabia-lhes endireitar o que estava torto, ou seja, fazer justiça. Também **Salomão**, querendo ser um rei perfeito, apenas pediu a Deus para bem saber julgar, para ser justo. Bem poderá, assim, a beleza eterna e integral confinar-se à justiça. Por isso, a sede de justiça reside na via dramática, quando não trágica, que os homens percorrem tentando atingir, recuperar, possuir, a beleza eterna perdida, ou seja, a verdade, o bem e a perfeição estética.

### **3. Da beleza eterna greco-romana ao entendimento cristão**

Esta expressão “beleza eterna perdida” mantém algum sabor platônico. E até poderá suscitar aproximações ao dito “amor platônico”, cujo sentido corrente admissivelmente se afastará de quanto pensava **Platão**. Mas a nostalgia da beleza eterna perdida não é exclusivamente platônica. As religiões e as cosmogonias costumam visionar a expulsão do homem de um etéreo paraíso, conjunto de todas as perfeições. A ideia não é alheia a **Aristóteles** e voltamos a encontrá-la nas Metamorfoses de **Ovídio**.

Sem esquecer **Aristóteles**, que tanta influência teve nos escolásticos, nem esquecer a continuidade que ligou a cultura greco-romana ao Cristianismo, a ideia de uma beleza eterna perdida depara-se-nos na mensagem cristã. E passa a residir no cúmulo de perfeições da “cidade de Deus”, no sentido agostiniano de morada eterna e estável, ou no de “cidade universal de Deus”, “meta para onde caminha a história humana”, segundo a expressão da “*Caritas in Veritate*” (Introdução, nº. 7).

### **4. A beleza eterna, a “cidade de Deus” e a “cidade dos homens”**

A “cidade de Deus”, cúmulo de perfeições, beleza eterna vislumbrada pelos homens, há-de ser atingida por cada um deles, pessoalmente, através da sua ascese. Mas os homens, animais sociais, como também diria **Aristóteles**, raramente vivem isolados. Não pelo vinculação de um contrato social, mas porque, desde o nascimento, a natureza lhes impõe a associação. O ser humano, na primeira fase da sua existência, não sobrevive quando privado da mãe, ou de quem a substitua, ainda que se trate da loba que amamentou **Rômulo** e **Remo**. Assim, dada a imprescindibilidade das mães e a normal permanência dos pais, se constituíram as famílias, e com o seu alargamento se formaram as tribos e as nações. O engenho dos homens e as necessidades de defesa levariam a erguer as cidades; e passou a designar-se por “cidade” (“*polis*”, “*civitas*”), todo e qualquer agrupamento social organizado e mais ou menos extenso, pelos habitantes e pelo território. Na base dessa noção de “cidade” se esboçaram as ideias de “cidade dos homens” e de “cidade de Deus”. Tem de ser no enquadramento das suas “cidades”, onde estão mergulhados, que os homens se esforçam por atingir a beleza eterna, a “cidade de Deus”. Por isso, esse mesmo esforço, as mais das vezes, há-de desenvolver-se a nível social. Porque, embora a reconquista da beleza eterna, o acesso à “cidade de Deus”, caiba a cada um, fica, em larga medida, na dependência das condições colectivas. Esse reconhecimento leva a ganhar consciência de que importa estruturar a “cidade dos homens” não apenas em condições de fins utilitários, de comodidade imediata, mas em termos de facilitar, ou de não dificultar, o acesso de cada

um à “cidade de Deus”. Até há quem tenha julgado que a “cidade dos homens” se poderia estruturar em termos de transformar-se na “cidade de Deus”, pela supressão de todas as injustiças, de todas as coisas tortas, e pela reparação de todas as mágoas. Mas as sociedades que acerca de tudo quiseram providenciar, substituindo a apetência da beleza eterna pela mitologia de um progresso indefinido, caíram num desconsolador descabro. Porque muito escapa, e tem de escapar, à “cidade dos homens”, mesmo quando se trata da “cidade cristã”, de uma peregrinação terrena sustentada pela fé. Por isso, segundo os preciosos ensinamentos de **São Tomás de Aquino**, importa muito debelar os vícios, “*sed paulatim*”. Até para evitar males maiores gerados ao calor das terapêuticas.

#### **4. A “cidade cristã” na luminosidade medieval**

Os cristãos, após longos séculos de incompreensões, de sacrifícios e de martírios, usaram desses mesmos martírios para converter os povos invasores do Império Romano. Porque foram os exemplos de aceitação dos suplícios e da morte, por força da fé, que impeliram aqueles ditos bárbaros a abraçar o Cristianismo. Assim rompeu então a luminosidade da Idade Média, “*la grande clarté du Moyen Âge*”, no dizer de **Gustave Cohen**. E essa mesma luminosidade, oposta às fantasiosas “trevas medievais”, foi, entre nós, posta em relevo pelo **Cardeal Cerejeira**, em obras que receio andem esquecidas. A luminosidade medieval não significava o rompimento da cultura greco-romana, mas a sua conjugação com a mensagem cristã. Foi sob essa luminosidade medieval que os cristãos procuraram edificar a sua “cidade”, nos termos julgados mais propícios para que cada um nela integrado soubesse encontrar a “cidade de Deus”, a beleza eterna perdida. Essa “cidade cristã”, sem deixar de ser humana, dos homens, alargou-se, quanto possível de harmonia com as fronteiras fixadas pela expansão do Cristianismo. Era a designada “*Respublica Christiana*”, tendo por cimeira o Papa. Aí assentou a única e pacífica tentativa de constituição de uma unidade territorialmente aproximada do Império Romano do Ocidente e do que tem sido designado por Europa. Não obstante todas as dificuldades materiais, técnicas, daqueles tempos, não obstante também as rebeldias de alguns príncipes, a Cúria Romana ter-se-á mostrado ajustada às missões que o século XX confiaria à Sociedade das Nações e à Organização das Nações Unidas. Bastará lembrar que as lutas armadas entre cristãos, entre membros daquela república pluri-nacional, costumavam cessar logo que aos campos dos prélios acorriam os legados do Papa. Eram temidas e respeitadas as sanções pontificias. E os cristãos dos mais diversos países circulavam por aquela república como em terra própria. Quer os mestres pedreiros e carpinteiros, convergindo de todas as partes para construção das grandiosas catedrais, quer os sábios professores, quer ainda os militares ao serviço de príncipes que não eram os seus naturais. Os cristãos não seriam cidadãos do Mundo, mas eram cidadãos da comunidade cristã.

#### **5. As Cruzadas em defesa da “cidade cristã”**

Esta sociedade, esta *Respublica Christiana*, na qual assentaram os mais diversos senhorios, reinos e repúblicas de comerciantes, achou-se sempre rodeada de pesadas ameaças. Eram muitas as infiltrações pagãs e a coexistência de núcleos débeis quanto ao enraizamento cristão. O Norte de África, antes nas margens meridionais do lago romano, caíra nas mãos de povos captados por uma religião recente, à qual as desinteligências do Império Visigótico tinham aberto as portas da Península Ibérica. E só a energia de **Carlos Martel** detivera, em Poitiers, os islamitas, também instalados na

Sicília e em diversos pontos do Sul da Itália. Contudo, no Médio Oriente, até ao século XI, foram mais ou menos pacíficas as relações estabelecidas entre os maometanos e as comunidades cristãs lá fixadas, com bastante relevo para o trato comercial. **Carlos Magno** e muitos outros príncipes ocidentais protegeram aquelas comunidades e fundaram estabelecimentos cristãos em Jerusalém e noutros pontos da Palestina, dando largos apoios aos numerosíssimos peregrinos que, idos dos mais diversos países, vencendo as duras dificuldades de deslocação, se prostravam sobre o Santo Sepulcro. Mas esse satisfatório entendimento acabou por esbater-se. A tal ponto que, em 1009, o Califa **Al-Hakim** ordenou a destruição da Igreja do Santo Sepulcro. Os cristãos daquelas paragens foram duramente perseguidos e vedadas as peregrinações que regularmente rumavam a Jerusalém e a outros lugares sagrados. Tais circunstâncias despertaram prontas reacções populares nos Estados ocidentais, sustentando-se, com insistência, que o acesso àqueles lugares deveria ser assegurado por todos os meios, ainda que, para tal efeito, se tivesse de organizar uma peregrinação armada, com força bastante para vergar oposições. Estava-se também no tempo em que os hispano-visigodos, a partir de Covadonga, aos poucos, iam empreendendo as suas Cruzadas do Ocidente, numa reconquista das terras peninsulares que duraria sete séculos.

As dificuldades não eram menores para o Império Bizantino, que, embora apartado da Igreja de Roma, pela sua afirmada ortodoxia, se mantinha cristão, embora cismático, desde que, a partir de 1054, deixara de reconhecer a autoridade do Papa, após a rebeldia e a excomunhão do Patriarca de Constantinopla, **Miguel Cerulário**. Mas, logo em 1095, passadas quatro décadas sobre o cisma ortodoxo, o imperador bizantino, **Aleixo I Comneno**, ameaçado pelos turcos, enviou embaixadores ao Concílio de Piacenzia a pedir auxílio a **Urbano II**. Esse mesmo pedido terá pesado muito na exortação pontifícia da 1ª. Cruzada. Nem será de excluir que, no quadro de previsões razoáveis quanto às consequências daquele auxílio aos bizantinos, se incluísse o termo do referido cisma, então ainda mal enraizado. E também o pedido do Imperador do Oriente daria maior consistência à justiça da guerra. Mas frustraram-se muitas expectativas então esboçadas, sobretudo porque foram difíceis os tratos dos cruzados com os bizantinos; e o Grande Cisma do Oriente não se quebrou,

**Urbano II**, em Novembro de 1095, no Concílio de Clermont, terá sido eloquente e convincente na sua exortação. Assinalando a piedade da gesta e prometendo não só o perdão de todos os pecados a quantos participassem daquela peregrinação armada, mas a inviolabilidade dos valores e interesses que tivessem de abandonar em razão do forçado afastamento. Não obstante as limitações de comunicação do tempo, a voz do Papa teve eco nos mais remotos recantos da Cristandade. As Cruzadas constituem uma manifestação impressionante, talvez única na História, de fé, de ideal, de espírito de sacrifício, de generosidade, de grandeza na própria miséria. Muitos dos cruzados, quase todos, deixaram as famílias, as casas, as fazendas, os cargos, venderam e hipotecaram bens avultados, em muitos casos tudo quanto possuíam, lançando-se por vias muito árduas, onde mais ainda teriam a perder. Atingiu muitas centenas de milhar o número de cruzados, dos quais se calcula tivessem perdido a vida meio milhão, durante a 1ª Cruzada, só até 1099, ano do assalto a Jerusalém. E, no conjunto daquele universo dos cruzados, tudo sofreram porque tinham fé, porque "*Deus lo vult*". Consta das crónicas coevas, por veze duvidosas da justificação e do sucesso do empreendimento, que nunca se tinha assistido a loucura tamanha, por força do arrastamento de uma fé profunda. Contudo, não têm faltado os juízos desfavoráveis em relação às Cruzadas e em relação aos cruzados, atribuindo-se-lhes propósitos mesquinhos de benefícios materiais e desumanas violências sobre os contrários. Sendo os cruzados, tantos e tantos milhares, de tão diversas origens e índoles, arrastando-se por períodos e territórios extensíssimos,

em condições particularmente adversas, muitos reparos desfavoráveis serão de registrar quanto aos seus procedimentos. As multidões das oito Cruzadas, entre 1096 e 1291, atravessando a Península Balcânica, percorrendo a Ásia Menor e grande parte do Norte de África, depararam com frequentes hostilidades e sangrentas ciladas, que muitas vezes terão agravado a dureza das reacções. Sem dúvida que alguns cruzados, pela pobreza de origem ou por terem renunciado a quanto possuíam nas suas terras, esperariam ser recompensados materialmente pela parte que lhes coubesse no empreendimento; mas talvez para esses mesmos tais expectativas não tivessem sido determinantes das suas decisões e sacrifícios. Fáceis também terão sido, por vezes, entre as massas de cruzados, as infiltrações de marginais, buscando justificação ou cobertura para as suas rapinas e para os seus maus instintos. Muitos cruzados, sobretudo os da Cruzada de **Pedro o Eremita**, dita popular, de multidões mal comandadas e sem disciplina, se excederam nos desmandos e nas violências, não apenas contra islamitas e judeus mas também contra cristãos de terras atingidas pelas suas misérias, pela sua voracidade e pela sua desordem. Esses mesmos, logo que chegados à Anatólia, foram dizimadas pelos turcos. Nunca as obras humanas são isentas de máculas, sobretudo quando mobilizam gente numerosa, mas julga mal quem formula juízos desfavoráveis apenas registando o passivo e omitindo o activo, seja do que for, porque a justiça impõe que os homens e os seus feitos sejam julgados por apuramento dos saldos. E o das Cruzadas é esplendoroso, sobretudo pela vontade que as ditou, pelo propósito de defesa da “cidade cristã” e pela coragem, pelo espírito de sacrifício, que revelaram, .

## **6. O insucesso e o sucesso das Cruzadas**

Não parece que deva concluir-se no sentido de um insucesso global e completo das Cruzadas, embora alguns as tenham situado no percurso etiológico que levou à queda de Bizâncio, em 1453, e à expansão otomana, a qual chegou a alcançar as portas de Viena. Tudo leva a crer que essa expansão otomana se teria processado, sobre as debilidades do Império Bizantino, com ou sem Cruzadas. Nem será difícil alinhar argumentos favoráveis à tese segundo a qual as Cruzadas atrasaram a expansão otomana, em conformidade com as expectativas de Bizâncio quando fez apelo ao auxílio ocidental. Importará assinalar a impressionante continuidade do Reino Latino de Jerusalém (1100-1291), a diversos títulos modelar, tendo em vista, entre outros aspectos, a colectânea de leis e costumes conhecida pelo nome de “*Livre des Assises des Bourgeois*”, os rigores da organização dos tribunais e múltiplos acertos que contribuíram para o desenvolvimento do comércio euro-asiático. Mesmo não tendo alcançado, a longo prazo, os objectivos iniciais, sobretudo em razão das desavenças com os bizantinos e até entre os seus chefes, as Cruzadas terão concedido às populações ocidentais e à “cidade cristã” alguma segurança, mais frágil ainda sem as tentativas de penetração na Ásia e no Norte de África. Também as Cruzadas permitiram um melhor conhecimento, e um melhor entendimento, por parte do Ocidente, em relação a outros povos e culturas. Estimularam a reconquista peninsular iniciada em Covadonga e até lhe prestaram apoios directos. A arte de navegar dos ocidentais e os seus rumos ultramarinos colheram incitamentos na experiência das Cruzadas e nos planos de conter as ameaças previsíveis rodeando os focos da sua origem e da sua propagação. As Cruzadas transformaram as estruturas das nações ocidentais e comunicaram-lhes o sentido da extensão e da diversidade à escala mundial. Não será de mais insistir em que as relações estabelecidas entre o Oeste e o Leste, no decurso das Cruzadas, não foram sempre de hostilidade. Cristãos e pagãos, quando forçados a conhecer-se, passaram a entender-se, às vezes a respeitar-se e até a estimar-se. Naquele mesmo Reino Latino de Jerusalém se operou um

encontro de civilizações. Lá se esboçou uma globalização, conforme actualmente se diria, pelo relevo dado ao que era comum e a insignificância atribuída a quanto era diferente. O respeito e a compreensão dos outros alargaram os conhecimentos e as curiosidades em relação à Geografia e muito desenvolveram os estudos de História e de Literatura, a partir do século XIII. Sem as Cruzadas, não se teria escrito a grande História medieval de **Guilherme de Tyre** – *Historia rerum in partibus transmarinis gestarum*. Não se teriam fundado, sob o impulso de **Raimundo Lull**, as numerosas escolas de línguas orientais então criadas. E também não se teria escrito, já no século XIV, a monumental introdução à História, a *Muqaddimah* do tunisino **Ibn Khaldun**, que, pela sua metodologia, poderá ser considerado um precursor da Sociologia oitocentista. Realmente, nas Cruzadas houve muito mais do que golpes de montante. Assim como os historiadores, mesmo actuais, na esteira dos cronistas, quando se debruçam sobre a gesta da expansão portuguesa, lembram o fulgor das batalhas mas quase esquecem o talento de conviver pacificamente, sem o qual não se explicará a nossa longa permanência no Maghreb e no Índico, também, quando pensamos nas Cruzadas, as mais das vezes visionamos apenas recontros sanguinolentos, no desconhecimento de quanto as Cruzadas contribuíram para um saber que sempre está na base da benevolência.

### **7. As batalhas de Lepanto e de Alcácer-Quibir na continuidade das Cruzadas**

O período convencional das Cruzadas findou com a 8ª., que o rei de França, **São Luís**, levou até Túnis. E porque não foi possível manter as posições cristãs alcançadas no Médio Oriente, nem sustentar o Império Bizantino, mergulhado nas debilidades das suas riquezas, tornou-se possível a formação do grande Império Otomano, que, a partir da tomada de Constantinopla, em 1453, muito se expandiu, absorvendo a região balcânica e ameaçando, repetidamente, reinos como a Hungria e a Boémia, cujas Dietas, para melhor se defenderem dos turcos, acabariam por oferecer os tronos respectivos à Casa de Habsburgo. Mas também o Império Romano-Germânico ficou, durante séculos, exposto a ataques otomanos no seu próprio território. Ainda em finais do século XVII só a memorável carga de cavalaria do rei polaco, **Sobieski**, deteve os turcos às portas de Viena. E, no século anterior, foi o perigo de alastramento otomano pelo Maghreb que levou **Dom Sebastião** a Alcácer-Quibir, sendo débil o apoio de **Filipe II** por este se ter convencido de que a vitória naval de Lepanto removera esse perigo. As ameaças renovavam-se, com maior aproximação dos prélios às metrópoles ocidentais. E o espírito de Cruzada não afrouxara.

### **8. O “mare clausum” na expansão e na defesa da “cidade cristã”**

Também os descobrimentos e as conquistas de portugueses e de espanhóis, a coberto de Tordesilhas e das concessões pontifícias, ofereceram novas perspectivas de defesa e de expansão à Cristandade. Porque em Marrocos e no Índico eram numerosíssimas as praças, em África as feitorias e, nas Américas, as extensíssimas regiões, através das quais o credo cristão era dado a conhecer, sem que fosse imposto, mas com a segurança de se poder propagar.

Abandonado, porém, o princípio do “*mare clausum*” e apartados de Roma diversos Estados, esses mesmos foram seguindo os portugueses e os espanhóis nas rotas, já facilitadas, por se terem vencido os mais salientes obstáculos das descobertas e da expansão ultramarina. E embora ingleses, holandeses e outros tenham contribuído, não apenas para o crescimento do seu próprio poder económico mas também para garantir a

segurança ocidental e para o desenvolvimento material das regiões ocupadas, muito se terá perdido, em relação às perspectivas de um entendimento à escala mundial, de uma globalização, pelo abandono do princípio do “*mare clausum*” e a sua substituição pelo do “*mare liberum*”. Essa substituição abriu as regiões recém-descobertas aos Estados mais fortes. Pelo alcance das bombardas ou pela solidez das muralhas. Quebrou a relativa harmonia entre cristãos. Sobretudo pela cobiça das novas terras. E a aspereza das concorrências multiplicou os erros, no plano da convivência inter-ocidental, no da colonização e, depois, no do neo-colonialismo. Sempre com desconhecimento do respeito devido aos outros, mesmo quando se esboçaram algumas tentativas ditas de globalização à escala mundial, que começaram por assinalar os vícios alheios, sem quaisquer dúvidas acerca da superioridade das virtudes próprias. Os colonizadores oscilaram entre uma exclusiva acção económica sobre os colonizados e a pretensão de lhes imporem a sua própria cultura, conforme seguiram políticas autonomistas ou assimiladoras. Aí se acha a origem de muitos males presentes e de novas ameaças para a “cidade cristã”, mais agravadas quando se esbate o espírito de Cruzada.

### **9. A “cidade cristã” e o declínio do Ocidente**

Com esses mesmos erros e desvios se foi desenhando, para os ditos ocidentais, em geral, e para a Cristandade, o espectro do declínio do Ocidente, originado, sobretudo, em quebras de natalidade tão acentuadas que acabaram por pôr em causa a sobrevivência de muitas nações. Acrescendo, a agravar confrontos, incertezas e receios, que outros povos, não ocidentais nem cristãos, mantinham, e mantêm, altas taxas de natalidade, fé transcendente, que os dispõe, resignadamente, a sacrifícios extremos, e elevado espírito de combatividade. Esses mesmos povos vão recebendo e adquirindo técnicas que antes eram exclusivas dos ocidentais.

As técnicas, de incontestáveis benefícios do ponto de vista do bem-estar das populações, abrem caminhos incompatíveis com relações e formas de estar habituais e pacíficas. Dir-se-ia que tanto os ocidentais como todos os outros, colhendo os benefícios materiais e imediatos dessas técnicas, se não mostram suficientemente preparados para as alterações de comportamentos que elas implicam. O século XXI não parece saber acompanhar a velocidade imposta pela tecnologia. A rapidez e a facilidade de transportes e de comunicações não permitem a necessária adaptação à vertigem dos condicionalismos, ou à vertigem do seu conhecimento. Nem o domínio racional desses condicionalismos.

O declínio do Ocidente, já notado em começo do século XX, foi acelerado pela 1ª Grande Guerra, guerra total que afectou gravemente as retaguardas dos beligerantes, mais uma vez dividiu povos cristãos e provocou os primeiros esboços de descolonizações mal estruturadas, ou precipitadas. Seguiram-se os abalos causados, à escala mundial, pela expansão soviética e pelas oscilações das políticas anti-comunistas, uma e outras baseadas em propósitos exclusivamente materialistas, que deslizaram para o mito do progresso económico indefinido e para todos os desmandos de organizações crematísticas, servidas pelos meios publicitários. Foi negada a integralidade dos homens, reduzidos à condição animal e à uniformidade de comportamentos. Este declínio do Ocidente torna a “cidade cristã”, mais uma vez, vulnerável em extremo. Tanto pelas ameaças externas como pelas internas.

## 10. A “cidade cristã”, o respeito dos outros e a globalização mundial

O materialismo e a uniformidade constantemente desafiam a natureza. E isso torna-se mais flagrante ainda nos confrontos internacionais e intercontinentais. Os usos e os meios de riqueza permanecem muito diversos entre os povos. E as variações extremas de riqueza têm-se agravado por força do neo-colonialismo, indissociável dos excessos do dito social-capitalismo, ou do socialismo capitalista. Reconhece-se, com razão, a inevitabilidade da globalização à escala mundial, mas esquece-se que a globalização só faz sentido sem muito acentuadas variações de riqueza e na base do respeito devido a diferenças enraizadas pelos usos, pelas tradições, pela geografia e pelos climas. Não se globaliza impondo soluções gerais a todos, mas sim valorizando o que é comum e minimizando as diferenças. Até porque a ciência nos tem ensinado que cada povo segue um curso próprio, pelo que, salvaguardando as imposições da natureza, tantas vezes esquecidas ou negadas em países que muito blazonam de progressistas, se impõe a maior tolerância na apreciação dos outros. Aí mesmo residirá a globalização, se for tomada a sério e não em jeito de cartaz publicitário. Sem essa globalização autêntica também não haverá convivência pacífica através deste século XXI, tão mal começado que, pelos prenúncios, já nem consente optimismos, a não ser o optimismo que nunca abandonou os cristãos. Nem mesmo quando humildosamente, resignadamente, sem excluir o martírio, ensinaram aos ditos bárbaros o caminho da sua fé. Já estavam, também então, em plenas Cruzadas.

## 11. A intemporalidade das Cruzadas pela continuada ameaça à “cidade cristã”

Realmente as Cruzadas só por convencionalismo se encerram em períodos fechados. As Cruzadas são intemporais, as Cruzadas são de todos os tempos. Enquanto a “cidade cristã”, “cidade dos homens”, onde cada um há-de preparar-se para a sua ascensão à “cidade de Deus”, estiver ameaçada, as Cruzadas permanecem, as Cruzadas continuam. Não serão a lança e o arnês da essência dos cruzados, mas o conhecimento da evolução histórica, ou da involução histórica, levará a concluir que a vocação essencial para um reencontro com a beleza eterna, assente na “cidade de Deus”, impõe à “cidade cristã” uma Cruzada permanente. Pelo que todos seremos cruzados, com espada ou sem ela, se tivermos recebido a graça de amar a Deus e de querer servi-lo.

Talvez se julgue que as Cruzadas hão-de ser precedidas por solenes e sonoras exortações pontifícias, como a de **Urbano II**, mas suponho que isso dependerá das circunstâncias. E, para que entre os fiéis se deva manter o espírito de Cruzada bastará ter presentes os termos em que, no decurso dos últimos anos, o Santo Padre tem definido a situação mundial e a posição da Igreja em face dela. Os aspectos fundamentais dessa situação acham-se descritos na “*Caritas in Veritate*” como em nenhuma outra parte. E as afirmações contidas nessa Carta Encíclica forçam a uma profunda revisão de posturas da parte dos católicos, de todos os cristãos, igualmente ameaçados, e, afinal, de todos quantos saibam manter honesta serenidade de entendimento. É já de 29 de Junho de 2009 essa Carta Encíclica, que terá visado o cumprimento da missão pontifícia de defesa de uma sociedade à medida do homem, da sua dignidade e da sua vocação. Essa defesa terá imposto ao Santo Padre a denúncia das ideologias negativas, entre as quais a tão radicada tecnocrática, contra a qual já **Paulo VI** alertara (14, 68). São os vícios das economias contemporâneas que a “*Caritas in Veritate*” visa muito especialmente. Admitindo a utilidade do lucro, condena-o quando constitui objecto exclusivo da acção e não tem por fim último o bem comum, fazendo correr o risco da destruição da própria riqueza (21), sobretudo por efeito de actividades



financeiras especulativas que incentivam incrementos artificiais e consumistas (21,68). Segundo o Santo Padre, a preocupante situação financeira actual impõe novas responsabilidades quanto a uma renovação cultural profunda e quanto à redescoberta dos valores sobre os quais se possa construir um futuro melhor (21). A crise actual suscitaria meditação orientada no sentido de novos rumos (21). Receando que os sistemas de segurança social percam a capacidade de desempenhar as suas funções (25), assim como outros desvios, **Bento XVI** não hesitou em preconizar profundas mudanças, designadamente quanto à estruturação das empresas e quanto às responsabilidades dos empresários (40)

A citada Carta Encíclica acaba por reconduzir as falhas económicas das sociedades actuais ao esquecimento das leis naturais que Deus inscreveu no coração dos homens. Pelo que se teria de robustecer o amor de uma liberdade não arbitraria (68), não adoptando como critério da verdade a utilidade e a eficiência (70).

Quando tantos, todos, ou quase todos, talvez por falta de liberdade, tentam explicar e remediar as dificuldades presentes através de malabarismos e cabalísticas, tudo atribuindo a movimentos de conjuntura pelos quais ninguém será responsável, como se se tratasse de convulsões sísmicas, o Santo Padre diagnosticou uma grave crise estrutural, que só poderá debelar-se através de profundas reformas de estrutura também, para as quais fez apelo à protecção divina que nos comunique a força, a esperança e a alegria para prosseguirmos no compromisso de realizar o desenvolvimento integral de todos os homens (79). Parece-me ser esta a mais corajosa exortação para quem se disponha a manter o espírito de Cruzada.

## **12. A posição portuguesa em face da actualidade das Cruzadas**

Queria acrescentar ainda um desabafo mais. E faço-o a medo, porque se trata de um desabafo de patriotismo, que me dizem ter caído em desuso, se é que não foi proscrito. Mas não resisto à tentação de acrescentar que, além de cristãos, os portugueses ofereceram sempre, e continuam a oferecer, as qualidades melhor ajustadas para entender e respeitar os outros. Desde sempre souberam o que fosse globalização, pois onde não encontraram meios favoráveis à expansão cristã, nunca os portugueses renunciaram à convivência com os seres humanos que lá encontraram. E respeitaram-lhes os usos, apenas tentando evitar que se apartassem das imposições da natureza.

Na actualidade, quando incidentes e acessórios antes não imaginados levam muitos a pôr em dúvida o destino transcendente e a essência do homem, reduzido a vivências sem origem nem finalidade, quando a globalização à escala mundial se impõe aos espíritos, como única possível plataforma de entendimento pacífico, a excepcional capacidade dos portugueses para conviver com os outros, que é presente, actual, bem demonstrada constantemente até pelos contingentes militares que mantemos espalhados por terras alheias e sob comandos estranhos, constitui o bem mais precioso na defesa do Ocidente e da Cristandade. E marca a superioridade nacional portuguesa, em relação a todas as outras nações, superioridade que vem do passado mas não se perdeu. E quando nos julgam inferiores, e quando gente nascida em Portugal parece congratular-se com uma falsa inferioridade cuja afirmação se repete “*ad nauseam*”, isso só significa que nos envolvemos em prélios e jogos nos quais as armas foram escolhidas por outros e os trunfos pré-distribuídos por forma a assegurar também a outros a sua supremacia. O mais hábil dos esgrimistas, sendo arrastado para um combate de jogo de pau, possivelmente não saberá furtar-se às batidas do adversário, “altas e galeadas, poucas e bem mandadas”.

Quando as adversidades se adensam são as qualidades características dos portugueses que mais avultam. Sem esquecer a capacidade de sofrer nem a capacidade de improvisar, mas, sobretudo, a de saber conviver e tolerar.

Mas a nossa superioridade nacional, a nossa superioridade nacional – repito – não há-de empolar orgulhos balofos. Exige, isso sim, a consciência do dever aristocrático de servir e de sobrepor a honra ao proveito, sem os extremos fantasiosos de suprimir o gosto do proveito, que nos advem da própria condição humana. A nossa mesma superioridade nos comunica o espírito de Cruzada. Porque, afinal, as Cruzadas, as Cruzadas de todos os tempos, consistem na protecção da “cidade dos homens” por forma a permitir que, sendo “cidade cristã”, partindo dela, melhor se alcance a “cidade de Deus” e a beleza eterna que nela se encerra, que queremos possuir, que queremos reaver. Hoje como ontem, todos os cristãos, se como cristãos quisermos viver, cruzados seremos, Cruzadas faremos. Mas os portugueses melhor saberemos interpretar, na sua plenitude, o espírito de Cruzada, respeitando os outros, ainda que adversários, e, quando a justiça a tanto obrigue, também empunhando a espada, com determinação, com energia, em legítima defesa, própria ou alheia, mas sem consentir que o ódio, ou sequer a malquerença, venha a manchar a dignidade das lâminas e dos golpes disferidos.

Em 1910, **Oswaldo Spengler**, ao prever já a decadência do Ocidente, observou também que, em desespero de causa, quando tudo parece perdido, um simples pelotão decidido salva a batalha, salva o reino, o império ou a civilização. Nem o significado castrense da palavra “pelotão” implicará que seja forçosamente pelas armas. É frágil a unidade militar designada por “pelotão”; e foi essa mesma fragilidade que **Spengler** quis pôr em relevo. A força está na decisão, na determinação, na fé, na confiança, afinal no espírito de Cruzada, que é, que continuará a ser, o espírito dos portugueses, quando sabem ser livres e iguais a si mesmos. Embora ele o não tenha dito, ponho-me a pensar se o tal pelotão de **Spengler** não será necessariamente um pelotão de cruzados, ou até mesmo um pelotão de cruzados portugueses.

Mas quem disse que as Cruzadas são coisa do passado ?

Muito obrigado pela vossa benevolência ao acompanharem-me nestes meus desabafos.

Messejana, 28 de Outubro de 2011

### **Bibliografia consultada**

**Santo Agostinho**, *Confessiones*, ed. bil., 2 vols., Paris, 1925

*De Civitate Dei*, ed. bil. 4 vols., Paris, 1959-1960

**John C. Andressohan**, *The Ancestry and Life of Godfrey of Bouillon*, Londres, 1947

**São Tomás de Aquino**, *Summa Theologica*, ed. Turim, vols., 1581-1582

**Aristóteles**, *Topiques*, ed. bil., Paris, 1967

*Ethica Nicomachea*, in “Aristoteles Latinus”, fasc. IV, Bruxelas, 1973

**Francis Bacon**, *Exemplum Tractatus de Iustitia Universali*, texto bil., Paris, 1985

**Guillaume Bacot**, *La Doctrine de la Guerre Juste*, Paris, 1989

**H.G. Beck**, *Kirche und theologische Literatur im byzantinischen Reich*, Munique, 1959

- D. Manuel Gonçalves Cerejeira**, *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo*, 4ª. ed., Coimbra, 1944  
*A Idade Média*, Coimbra, 2ª. ed., 1953
- Gustave Cohen**, *La Grande Clarté du Moyen-Âge*, Nova Iorque, 1943
- Serafim de Freitas**, *Do Justo Império Asiático dos Portugueses*, reimpr. bil., 2 vols., Lisboa, 1983
- R. Grousset**, *Histoire des Croisades et du Royaume Franc de Jérusalem*, Paris, 1934  
*L'Épopée des Croisades*, 3ª. ed., Paris, 1957
- Thomas Madden**, *New Concise History of the Crusades*, Nova Iorque, 2005
- Soares Martínez**, *Filosofia do Direito*, 3ª. ed., Coimbra, 2003  
*História Diplomática de Portugal*, 3ª. ed., Coimbra, 2010  
*Nota Introdutória* à obra col. *Globalização Económica*, Coimbra, 2007
- Ovídio**, *Metamorfosen*, trad. fr., Paris, 1966
- Platão**, *La République*, trad. fr., Paris, 1966  
*Leyes*, trad. cast., Madrid, 1988
- Jonathan Riley-Smith**, *The Oxford History of the Crusades*, Oxford, 2002
- Steven Runciman**, *A History of the Crusades*, Cambridge, 1951
- Oswald Spengler**, *La Decadencia de Occidente*, trad. cast, 4 vols., Madrid, 1934-1937
- Michel Villey**, *La Croisade, Notes sur la Formation d'une Théorie Juridique*, Paris, 1942